



**ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA
COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER**

Assunto: Projeto de Lei Ordinária nº. 130/2023

Autoria: Ver. Dr. Leonardo Eulálio

Ementa: "Institui o 'Selo Rosa' de Reconhecimento às Empresas atuantes no combate à violência contra a mulher, e dá outras providências".

Relatora: Ver. Pollyanna Rocha

Conclusão: Parecer favorável à tramitação, discussão e votação do presente projeto de lei

PARECER

Em observância às disposições regimentais, a Comissão de Direitos da Mulher reuniu-se e apreciou o Projeto de Lei Ordinária nº. 130/2023, de autoria acima especificada, cuja ementa é a seguinte: "Institui o 'Selo Rosa' de Reconhecimento às Empresas atuantes no combate à violência contra a mulher, e dá outras providências".

Primeiramente, a matéria proposta foi remetida à Assessoria Jurídica Legislativa, a qual emitiu parecer técnico-jurídico, nos termos do art. 56 da norma regimental.

Ato contínuo, a matéria foi submetida à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que se pronunciou favoravelmente pela tramitação, discussão e votação da matéria proposta, uma vez que a proposição em análise está em consonância com o ordenamento jurídico pátrio.

É, em síntese, o relatório. Passamos a opinar.

No tocante ao mérito, cabe a esta Comissão, com esteio no art. 77, incisos II, III e IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT tratar da seguinte matéria, conforme se depreende a seguir:

Art. 77. Compete à Comissão de Direitos da Mulher:



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA
COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER

I - desenvolver atividade legiferante que tenha por objetivo o combate as discriminações de gênero;

II - acompanhar as atividades que visem à defesa dos direitos da mulher; (grifo nosso)

III - assegurar a plena participação da mulher na vida socioeconômica, política e cultural do Município, através de ações afirmativas nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação; (grifo nosso)

IV - fiscalizar e acompanhar a execução de programas municipais objetivando defender os direitos da mulher; (grifo nosso)

V - fiscalizar a execução orçamentária municipal quanto às ações relacionadas com a política de atendimento, defesa e integração da mulher;

VI - encaminhar denúncias de violação e discriminação da mulher na sociedade às autoridades competentes no âmbito do Poder Executivo Municipal;

VII - promover, em conjunto com órgãos públicos e privados, campanhas educativas e de esclarecimento dirigidas à mulher.

Destarte, a proposta apresentada mostra-se de especial relevância, posto que objetiva instituir, no âmbito do município de Teresina, o 'Selo Rosa' de reconhecimento às empresas incentivadoras e atuantes em políticas públicas que trabalhem no combate à violência contra a mulher.

Dessa forma, entende-se que as disposições delineadas no texto proposto, indubitavelmente, merecem especial atenção desta edilidade, não havendo óbice a sua normal tramitação nesta augusta Casa Legislativa.

Isto posto, a Comissão de Direitos da Mulher, aquiescendo com o voto de sua relatora, manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado.



**ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA
COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER**

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala de Reunião da Comissão de Direitos da Mulher, em 24 de maio de 2023.

Ver. POLLYANNA ROCHA
Relatora

“Pelas conclusões” da Relatora, nos termos do art. 61, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT.

Ver. THANANDRA SARAPATINHAS
Presidente

Ver. TERESINHA MEDEIROS
Vice-Presidente

Ver. FERNANDA GOMES
Membro

Ver. MARKIM COSTA
Membro